

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos
Secretaria Executiva da CONASQ

MEMÓRIA DA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Sala de conferências da Representação da OPS/OMS, Setor de Embaixadas Norte, Lote 19.
Brasília-DF, 25 de agosto de 2005. Horário: 10h às 18h

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
ABIQUIM	Marta M.F. Laudares de Almeida
ANVISA	Ana Maria Vekic
FBOMS	Márcio A. Mariano da Silva
FUNASA	Gilson Spanemberg
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho Swylmar dos Santos Ferreira
MDIC	Júlio César Baena
MI	José Wilson Pereira
MMA	Victor Zular Zveibil Marília Marreco Cerqueira
FISQ/FSC	Henrique Brandão Cavalcanti
MRE	Raphael Azeredo
MS	Guilherme Franco Netto
OPAS/OMS	Jacira Azevedo Câncio
SEC. EXEC. DA CONASQ	Marisa Zerbetto André Santos Junqueira
UnB	Taís Pitta Cotta

Observadores e/ou convidados:

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
MS / CGVAM	Maria Auxiliadora Magalhães
MMA / ASIN	Larissa Schimdt
FUNDACENTRO	Flávio Maldonado Bentes
MTE / DSST	Grasiele A.T.S.Ribeiro
MS/CGVAM	Maria de Lourdes Fernandes Neto
MMA / SQA	Sérgia de S. Oliveira
MMA/SQA	Maria Grícia L. Grossi
IBAMA	Francine Gonzaga Serafim

Itens da Pauta:

Abertura.

A reunião foi iniciada pelo Secretário da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, o qual deu boas vindas aos membros da Comissão e sugeriu a realização de uma rodada geral de apresentação dos participantes.

Aprovação da Memória da XVII Reunião Ordinária.

O representante do MDIC solicitou alteração no 3º parágrafo da página 4 onde lia-se “segredo industrial” passou para “informações confidenciais”. A representante da

ABIQUIM retificou a expressão “ação responsável” para “Programa Atuação Responsável”. Feitas as alterações na Memória da XVII Reunião Ordinária, os representantes aprovaram a mesma.

Aprovação da Pauta.

Foi proposto pelo representante do MMA a inversão do item 1 (Mercúrio) pelo 2 (Áreas Contaminadas). A representante do MMA sugeriu como 1º Item “Áreas Contaminadas”, 2º “Mecosul”, 3º “Informes Gerais”, 4º “Mercúrio”, 5º “Informe FISQ” e 6º “Outros”.

O representante do MS mencionou, como uma inserção na pauta, o processo preparatório para participação na sessão do SAICM e na PRECOM, nos quais há o envolvimento de vários Ministérios. Assim, a CONASQ é um fórum adequado para se tratar destes temas. Entretanto, o representante do MRE ponderou já estar marcado uma reunião de coordenação no Itamaraty para segunda-feira, 29 de agosto, afim de tratar-se desses temas. A pauta proposta foi aprovada.

Áreas Contaminadas

A representante do MMA explicou a inclusão de áreas contaminadas, não só como ações desenvolvidas por cada um dos órgãos, mas sim, numa abordagem mais geral, política, legal e jurídica sobre a questão.

Hoje, há uma série de demandas específicas em relação a atuação do Ministério do Meio Ambiente quanto as questões de áreas contaminadas, inclusive do ponto de vista jurídico e em grupos de trabalho que foram criados no plano político pela Presidência da república, nos quais existem assuntos legais perpassando toda a problemática das áreas contaminadas, para serem debatidas na CONASQ, enquanto Comissão Nacional de Segurança Química. Citou como exemplo os casos de Ingá, no Rio de Janeiro e Subaé, na Bahia.

O representante do MS fez uma apresentação das ações que o seu ministério vem executando quanto a áreas contaminadas.

O representante do MMA sugeriu a inclusão do Ministério das Cidades na CONASQ pois a busca das soluções dos passivos ambientais e saúde das áreas contaminadas, passa necessariamente pela valorização do solo, da localização dessas áreas, tendo um papel relevante para os Planos Diretores Municipais.

O Dr. Henrique colocou em discussão a idéia de se fazer um licenciamento com a obrigação de um seguro para cobrir o risco de passivos ambientais.

O representante do MI achou viável a proposta do Dr. Henrique, e o seu ministério tem interesse em trabalhar com áreas contaminadas.

O representante do MMA considerou interessante envolver as seguradoras, ressaltando que mesmo não sendo uma prática delas, é possível dialogar com este segmento. Mencionou a visita de um grupo de representantes das seguradoras do navio chileno que explodiu no porto de Paranaguá, os quais manifestaram interesse em apoiar os planos de contingência dos portos.

A representante do MTE ressaltou a necessidade de seu ministério integrar aos grupos de trabalho, pois os auditores do trabalho presenciam cotidianamente o início da contaminação das áreas nos vários setores produtivos. Acredita, também, haver a necessidade de uma rede de informação visando a troca de conhecimentos.

O representante da CUT informou existir a Comissão Nacional do Benzeno, na qual atuam a ANVISA, FIOCRUZ e Ministério da Saúde. No âmbito desta Comissão o VIGIQUIM e a SINPEAQUI (Sistema de Informação de Populações Expostas a Agentes Químicos) podem contribuir na solução de problemas de áreas contaminadas. O mesmo também sugeriu que nas próximas reuniões da CONASQ sejam convidados representantes desses órgãos.

A representante da OPAS sugeriu a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da CONASQ para tratar das áreas contaminadas.

Segundo o representante do MS, a definição de uma tecnologia para o mapeamento, execução de uma metodologia capaz de atender as demandas existentes, as questões jurídicas, as responsabilidades governamentais e privadas e a fonte de recursos são os principais pontos a serem focados.

Quanto à criação de um grupo de trabalho, ele acha que deve ser tratado junto ao P2R2, com subgrupos tratando separadamente do mapeamento, da base legal, dos recursos financeiros e das operacionalidades. Sugeriu, inclusive, a participação do Ministério do Planejamento e a realização de um seminário sobre áreas contaminadas.

O Dr. Henrique Brandão propôs um termo de referência para subsidiar o grupo de trabalho com relação ao seminário de área contaminadas.

Relato do grupo ad hoc de gestão ambiental de substâncias e produtos químicos do SGT-6 do Mercosul

O representante do MDIC fez um relato dos resultados da última reunião do SGT 6.

A proposta do GRULAC foi bem aceita pelo secretariado, quanto ao SAICM a maior indefinição está relacionada por qual organismo seria incorporado (PNUD ou FÓRUM) e qual o agente financiador (GEF). Essa questão deverá ser objeto de discussão na próxima sessão do SAICM.

Com relação à Convenção de Roterdã, ressaltou a discussão das indefinições quanto ao cumprimento, o qual está relacionado com a questão do financiamento.

Outro tema abordado, foi o GHS, com uma exposição do sub grupo brasileiro. Ficou definido que dois dias antes da próxima reunião do SGT 6, o grupo volta a se reunir para um mini workshop.

O quarto discutido foi o Mercúrio, neste sentido a Dra. Grícia Grossi expôs brevemente as proposta com relação a identificação e substituição, medidas de controle, de coleta diferenciada, reutilização, reciclagem e disposição final, bem como estratégias de capacitação.

Por fim, foi abordada a criação de códigos NCM do Mercosul para uma série de substâncias. O Uruguai apresentou uma proposta de nomenclatura para compostos, a qual foi encaminhada pelo MDIC à Receita Federal e à ABIQUIM (da qual o MDIC espera manifestação).

O representante do MRE fez duas colocações quanto ao relatório do Sr. Frederico Peraza no SAICM, o qual refere-se à reunião da mesa ampliada ocorrida em Estocolmo. A proposta brasileira foi bem aceita pelo grupo, já que sistematizou e elencou uma lista de ações concretas a serem aprovadas em Viena. A segunda colocação refere-se ao financiamento do SAICM, alertando que o “paper” elaborado por um consultor não

apresenta o tipo de financiamento que seria dado ao SAICM.

Ações da PRONASQ

O representante da FUNDACENTRO explicou que o foco de algumas ações do PRONASQ nos últimos 2 anos ficou prejudicado em virtude de uma falta de discussão na própria Comissão, como exemplo, a Rede de Intercâmbio de Informações.

A representante do MMA explicou que a princípio as ações têm uma abrangência maior, e que os órgãos que compõem a CONASQ naturalmente possuem ações e trabalhos relacionados a uma ou mais linhas de ações. Segundo a representante, valeria a pena realizar uma reunião exclusiva para se discutir a questão PRONASQ. Fez, também, um relato das ações que o MMA vem implantando com relação às linhas de ação.

Os avanços da Comissão Nacional do Benzeno foram comentados pelo representante da CUT, os quais reduziram a concentração do produto em bens acabados. Informou, em seguida, que a Comissão irá participar de uma mesa redonda no Congresso de Toxicologia no Recife.

Quanto a linha de ação do GHS, o representante do MDIC participou aos presentes as últimas notícias. Relatou a reunião ocorrida no Rio de Janeiro, nos dias 22 e 23 de agosto, onde foram realizadas reuniões com os sub-grupos de agrotóxico e resíduos, implementação e informações confidenciais.

Estão programados eventos para o dia 16 de setembro (palestra na ANVISA) e em outubro (capacitação de laboratórios no INMETRO), assim como a participação em uma mesa redonda no Congresso de Toxicologia no Recife. Para novembro e dezembro, estão programadas uma reunião do GT, um curso no INMETRO sobre laboratórios e a reunião de especialistas em Genebra.

Com relação ao sub grupo de trabalho de resíduos e agrotóxicos, sob coordenação do IBAMA, a representante da ANVISA informou o objetivo de sensibilizar as instituições e seus dirigentes para a implementação do GHS nessas áreas. Outro ponto é a verificação da interface da legislação de agrotóxico com as propostas do GHS, no qual há a possibilidade de pedir a exclusão, a exemplo dos medicamentos e cosméticos, caso percebam uma dificuldade na implementação. Em relação aos testes, não há problemas, mas sim na forma de comunicação. Para os resíduos pretende-se aceitar o que já vem sendo proposto no exterior, utilizando informações dos grupos da Convenção de Basiléia.

Para a linha de ação de controle nas instituições de ensino e pesquisa, a representante da UnB relatou a reunião com Pró-Reitores das Universidades Federais, por ocasião do 3º Encontro Nacional de Segurança Química ocorrido em setembro de 2004, no Rio de Janeiro. Dessa reunião saiu a Carta de Niterói, que apresenta sugestões para a segurança química nas instituições de ensino e pesquisa. Essa Carta foi entregue, no dia 30 de maio, ao Secretário de Ensino Superior do MEC, que manifestou grande interesse pela iniciativa.

Nas linhas de ações do MMA a Dra. Marisa mencionou que, na 1ª Reunião do Comitê de Revisão Química, foi identificada a necessidade de se promover uma capacitação dos países do Conesul quanto a implementação da Convenção de Roterdã. O Brasil se propôs a realizá-la e está prevista a sua realização em São Paulo, com o apoio da FAO, entre os dias 17 e 21 de outubro.

A Dra. Sérgia informou sobre os encaminhamentos da Convenção de Estocolmo, especificamente do 1º Seminário voltado para agrotóxicos proibidos, realizado nos dias

15 e 16 de agosto, que contou com a participação de vários Estados e Instituições federais. Como linhas de trabalho foram estabelecidos três grupos de discussão: a) entrada ilegal de agrotóxicos no Brasil; b) áreas contaminadas por agrotóxicos; e c) existência de estoques de agrotóxicos obsoletos e materiais contaminados. Foram gerados relatórios e sugestões que serão contemplados na implementação da Convenção de Estocolmo. As próximas reuniões terá como tema Dioxinas e Furanos, destruição de materiais contaminados e PCBs.

A representante da ANVISA teceu um comentário sobre agrotóxicos, com relação à mobilização do setor produtivo para a simplificação dos registros e internalização dos produtos do Mercosul. A simplificação de procedimentos de registro é um assunto que causa bastante preocupação, segundo ela. A representante da UnB sugeriu que a CONASQ se pronunciasse através de uma nota à Ministra do Meio Ambiente sobre esse assunto. Foi expresso, pela representante do MMA, que a Ministra mantém-se informada, porém, caso as instituições presentes desejem se manifestar perante ao MMA ou à Casa Civil é viável a execução de um documento. O representante do MDIC ponderou que seu ministério vem tentando cooperar para resolver esse problema e que não considerava aconselhável subscrever um documento de manifestação, pois não colaboraria para o processo. Para ele os órgãos deveriam se manifestar individualmente. Para a representante da ABIQUIM esse tema vem sendo discutido exaustivamente no Fórum de Competitividade da indústria de produtos agro-químicos e ao seu ver, a posição da representante da ANVISA é correta, mas a ABIQUIM se sente mais propensa a discutir esse tema no Fórum. A representante do MMA achou não haver nenhum entrave à confecção de um documento técnico informando a Ministra sobre a questão referente à simplificação do procedimento de registro de agrotóxicos, haja vista que a CONASQ foi criada por uma portaria da Ministra do Meio Ambiente afim de subsidiá-la nos assuntos referentes à segurança química. Solicitou à representante da UnB que redijisse um documento preliminar para ser discutido na Comissão, que seria subscrito por quem assim desejasse.

Mercúrio

A representante do MMA relatou as ações que o seu ministério vem realizando quanto ao mercúrio, haja vista ser uma das prioridades do Conselho de Administração do PNUMA. Até o começo de setembro os países devem apresentar propostas de projetos de parcerias. A seguir, informou sobre o trabalho junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônico – OTCA relativo ao mercúrio utilizado na mineração de ouro. Pretende-se que a CONASQ tenha ações prioritárias com relação ao mercúrio, com o direcionamento dos trabalhos das instituições para esse tema.

O representante do MS mencionou que o Instituto Armando Chagas e a Universidade do Pará estão trabalhando no projeto de cooperação técnica para atender trabalhadores do Rio Tapajós expostos ao mercúrio. O MRE se reportou ao seu ministério para que se pronunciasse sobre esse projeto. O MS referendou, haja vista ser uma das prioridades na segurança química, inclusive no âmbito da CONASQ. O projeto tem o enfoque de treinar pesquisadores brasileiros na metodologia de investigação da influência do mercúrio na saúde da comunidade e também no treinamento de pesquisadores sobre a metodologia de organização de informações de saúde.

O representante da FBOMS ressaltou a pesquisa realizada pelo Dr. Eládio Santos Filho, em 1988, sobre a contaminação por mercúrio dos pescadores do rio Cubatão. Essa pesquisa encontra-se parada, mas deveria ser retomada devido a importância de seus dados. Outro ponto é o levantamento realizado pela CETESB no estuário da baixada

santista, o qual acusou um elevado índice de mercúrio. Atualmente existem 2500 famílias que vivem da pesca artesanal na baixada d desta forma devem ser consideradas, bem como vários trabalhadores das indústrias de cloro-soda.

Informes do FISQ.

O Dr. Henrique Brandão começou seu pronunciamento informando sobre a realização de uma reunião em julho, onde foi tratada a defasagem progressiva, ou seja, as dificuldades de muitos países em cumprir as convenções das quais são signatários.

Chegou-se a um documento em que são traçadas linhas gerais para o auxílio e colaboração a esses países. Entretanto, o representante do PNUMA, com o apoio do representante da FAO, votou contra qualquer iniciativa nesse sentido.

Para o representante do FISQ estamos vivendo um período de transição, no qual as próprias agências das Nações Unidas consideram a necessidade de repensar o Fórum e a sua atuação.

O segundo documento refere-se à estratégia de política abrangente, não só referente a redução de riscos, conhecimento e informação, a governança, a capacitação, cooperação técnica e o tráfico internacional. Esse último item, talvez seja a única prioridade do Fórum que se manteve inalterada.

Outros

O representante da FUNDACENTRO informou as estratégias para o 4º Seminário da CONASQ a ser realizado em Porto Alegre, e solicitou sugestões de temas a serem abordados no seminário.